



Número: **0800464-27.2019.8.18.0073**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato**

Última distribuição : **11/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 2.514,06**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERONILDES SANTANA BRAGA (AUTOR)		LINDOMAR DE SOUSA COQUEIRO JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10944 114	07/07/2021 11:59	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

2ª VARA DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Processo: 0800464-27.2019.8.18.0073

Parte Autora: ERONILDES SANTANA BRAGA

Parte Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Cuida-se de **Ação de Cobrança** proposta por **Eronildes Santana Braga**, em face de **Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, ambos devidamente qualificados.

Consoante petição inicial e contestação, as Partes pugnaram pela realização de perícia médica.

Assim, considerando-se que, para o julgamento do presente feito é imprescindível a realização da prova pericial, nomeio um dos peritos cadastrados neste Juízo, qual seja, o Dr. Aymar Mendes Moreira Júnior, para realizar a perícia médica no Autor **Eronildes Santana Braga**.

Deverá o perito responder aos seguintes quesitos, nos termos da Lei n. 6.194/74, bem como aos quesitos complementares já apresentados pelas Partes:

1) O autor é portador das sequelas alegadas na peça inicial?

2) Em caso afirmativo, tais sequelas acarretam a incapacidade laborativa de forma permanente, ou seja, não são passíveis de cura?

3) No caso de resposta negativa ao quesito anterior, apresenta o autor

alguma redução da capacidade laboral?

4) Pode o autor continuar a trabalhar em sua atividade habitual?

5) Em caso de resposta negativa ao quesito anterior, pode o autor ser reabilitado em uma outra atividade?

6) As sequelas causam dispêndio de maior esforço na execução da

atividade habitual?

7) Se negativa a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo autor para continuar desempenhando suas funções habituais?

8) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?

9) A mobilidade das articulações estão preservadas?

10) Permanece o obreiro no exercício das mesmas funções?

Esclareça, ainda, ao perito, as condições descritas nos incisos I e II do art. 3º, da Lei 6.194/74.

Intime-se a Requerida para depositar em juízo os honorários do perito no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 10 (dez) dias, conforme Convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Piauí. Efetuado o depósito, oficie-se o perito para informar a data do exame, intimando-se as Partes em seguida, concedendo a estas o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem quesitos complementares.

Entregue o laudo pelo perito, **expeça-se** o respectivo alvará para a percepção dos seus honorários.

Após a juntada do laudo nos autos, **intimem-se** as Partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias.

São Raimundo Nonato - PI, data registrada no sistema.

CARLOS ALBERTO BEZERRA CHAGAS

JUIZ DE DIREITO

Titular da 1ª Vara no exercício da substituição legal do Juízo da 2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato - PI